

Saúde em JF: à procura de vagas

• **Defensoria Pública denuncia que, mesmo com mandados judiciais, população não consegue vaga em UTIs, por exemplo**

Lidiane Souza

lidiane.souza@jfhoje.com.br

Há pouco mais de uma semana, uma mulher de 71 anos deu entrada na Regional Leste necessitando de internação em Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Apesar de ter direito ao tratamento garantido pela Constituição, familiares de M. C. J. tiveram que recorrer à Justiça para que ela conseguisse ser internada. A Defensoria Pública estadual foi procurada e impetrou mandado de segurança, obrigando a Secretaria Municipal de Saúde a fazer a internação.

Casos como o dessa mulher, estão se tornando cada vez mais frequentes em Juiz de Fora. Os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) se veem obrigados a procurar o Judiciário para garantir a entrega de medicamentos e realização de cirurgias.

No entanto, de acordo com a Defensoria Pública, sequer as decisões judiciais têm sido sinônimo de cumprimento da lei. O órgão confirma que, mesmo com o documento expedido pelo juiz em mão, a população continua sem conseguir retirar remédios na farmácia do SUS ou obter vaga nas UTIs. De acordo com o coordena-

dor regional da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Márcio Luiz Vieira Baesso, cerca de 10 pessoas procuram o órgão diariamente para reclamar que, mesmo depois de terem ganhado na Justiça, continuam sem medicamentos ou vagas para cirurgia e internação.

— O que temos observado é um descumprimento sistemático das ordens judiciais.

— Quem chega a procurar a Justiça para resolver sua situação, normalmente, são pessoas idosas ou enfermas. Elas não têm condições de ficar indo à Secretaria ou aos hospitais sempre para ver quando serão atendidos — completa o defensor da Vara da Fazenda Pública, Paulo Henrique Novelino.

DESCRENÇA

Segundo o coordenador local da Defensoria, Luiz Antônio Barroso Rodrigues, este tipo de atitude por parte do poder público só tem acentuado a descrença da população no Judiciário.

— Eles deixam de confiar na Justiça quando veem que nem com a ordem do juiz conseguem o que precisam.

Novelino explica que, na maioria das vezes, o poder público alega que a demora para se conseguir remédios, por exemplo, se deve à exigência de realização de licitação para compra. No entanto, ele lembra que, em casos de emergência, a burocracia é diminuída, bastando que a Secretaria faça levantamento rápido em três estabelecimentos e adquira o medicamento previsto na ordem judicial.

O defensor público Ruben Resende Soares de Oliveira lembra que a judicialização da Saúde também traz prejuízos para os cofres do município. Isso porque se gasta

mais com os processos do que com a emissão de medicamentos ou obtenção de vagas quando solicitados pelo paciente sem intervenção da Justiça.

— A judicialização onera os cofres. Caso perca o processo, o Município precisa pagar não apenas o que está previsto na ação como também os honorários advocatícios.

Os defensores explicam que têm tentado conversar com o prefeito Custódio Mattos e a secretária de Saúde, Eunice Caldas, a respeito do assunto, mas, ainda não conseguiram agendar o encontro.

— Queremos criar um canal de interlocução com a Prefeitura, diminuindo assim o processo de judicialização. Precisamos que o poder público traga suas razões para o descumprimento das decisões. Assim, decidiremos o que se pode fazer para resolver o problema na cidade — esclarece Baesso, lembrando que convidou os representantes do Executivo para um encontro no dia 8 de junho.

A intenção dos defensores é fazer com que Juiz de Fora siga o exemplo de Ubá, onde foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) evitando que as pessoas tenham que procurar a Justiça para resolverem seus problemas relacionados à Saúde.

— Não podemos aceitar que a alegação de que o orçamento não supre as necessidades se sobreponha à dignidade humana — lembra Ruben Oliveira.

Caso não sejam tomadas medidas para reduzir o número de ordens descumpridas, a Defensoria vai procurar o Ministério Público, pedindo que se tomem as medidas criminais cabíveis ao poder público e o bloqueio das verbas destinadas aos comandos judiciais.

Em busca de soluções

Em entrevista ao JF HOJE, a secretária de Saúde, Eunice Caldas, informou que a judicialização vem sendo uma preocupação constante dos órgãos de saúde pública, que têm buscado soluções para a questão.

— Estou vindo de um encontro nacional de secretários de saúde, em Brasília, em que o assunto foi amplamente discutido. Sabemos que a judicialização acaba prejudicando o princípio da igualdade do SUS e isto precisa mudar.

Segundo ela, em 2008, a Secretaria de Saúde recebeu dois mil mandados, em que foram gastos R\$ 4 milhões.

— Neste ano, o número está entre 40 e 50, o que significa que já conseguimos reduzir o volume de pedidos por via judicial.

Com relação à dificuldade para conseguir os medicamentos via SUS, mesmo com determinação da Justiça, Eunice explica que, muitas vezes, a liberação do remédio independente da Secretaria.

— Dependemos de fornecedores, de processos burocráticos, dos trâmites para entrega.

Além disso, ela ressalta que muitos pacientes que recorrem aos mandados, como no caso do diabetes, não cumprem critérios adotados pela Secretaria para

que possam receber a insulina, por exemplo.

— Para que recebam esses medicamentos pelo SUS, os pacientes devem participar do programa de monitoramento, com reuniões constantes de acompanhamento. No entanto, muitas vezes eles não participam do projeto e, mesmo assim, querem receber os remédios.

Sobre as UTIs, a secretária de Saúde ressalta que a Central de Regulação existe exatamente para monitorar os casos e fazer os encaminhamentos necessários.

— Epidemiologicamente falando, o número de leitos de UTI que temos é suficiente para atender a Juiz de Fora e outros 92 municípios. Temos que lembrar também que o paciente que busca uma unidade de tratamento intensivo já está sendo assistido, ou num hospital ou unidade regional.

Com relação ao pedido dos defensores para um encontro com representantes da Prefeitura para discutir a judicialização, Eunice Caldas garante que a Secretaria de Saúde sempre recebe os defensores e está aberta ao diálogo.

Dia de conscientização

Defensores públicos estaduais e da União irão para as ruas, esta semana, orientar a população sobre os direitos relacionados à saúde. A ação faz parte das celebrações pelo Dia do Defensor Público, comemorado amanhã, quando, os juizes farão receberão cartilhas com dados sobre quais caminhos judiciais devem ser tomados se o poder público não entrega remédios gratuitamente, não marca consultas ou não consegue vagas de internação.

— Não temos muito a comemorar nesta data e sim, lutar. Isso porque temos observado que os direitos essenciais da população não estão sendo respeitados. Principalmente, o direito à

saúde, por isso a escolha do tema — explica o coordenador regional da Defensoria, Márcio Baesso.

— Nosso objetivo é conscientizar as pessoas sobre o direito à saúde previsto na Constituição — complementa o coordenador local Luiz Antônio Rodrigues.

Amanhã, a partir das 8h, a categoria estará nas duas entradas do Pam-Marechal, distribuindo o documento. No mesmo horário, outro grupo permanecerá na porta da Unidade Básica de Saúde (UBS) Pediátrica, na Avenida dos Andradas. À tarde será a vez dos usuários da UBS Centro Sul, na Avenida Rio Branco, receberem a cartilha.

Faisão Dourado
Restaurante
Desde 1947

FAÇA SUA RESERVA
3215-9058

Aberto de 2ª a Domingo
para Almoço e de
2ª a Sábado para Jantar

PRATO EXECUTIVO A R\$13,90 (4 pratos diferentes)
Rua Halfeld, 316 • Juiz de Fora